

# Tribuna

## ARTIGO

### Receita Federal passa a cobrar dívidas tributárias a terceiros

MAYRA LAGO

**A** partir do Parecer Normativo nº 4, da Coordenação-Geral de Tributação (COSIT), a Receita Federal do Brasil (RFB) ampliou a cobrança de débitos tributários a terceiros envolvidos, de alguma forma, na

relação tributária no período pretérito de 5 (cinco) anos.

Isso significa que, se for comprovada a participação comissiva ou omissiva na ação que gerou a dívida, qualquer pessoa com interesse na situação poderá ser responsabilizada pelas co-

branças perante a RFB, podendo tornar-se responsável solidário em autuações tributárias, deixando de ser apenas e simplesmente os sócios e administradores, ainda que de faturamento menor do capital. Este é o cenário hoje, causado pela ilegal sede arrecadatória da Fazenda Nacional.

Ou seja, o entendimento fiscal consolidou-se no sentido de que os atos de evasão e simulação que acarretam sanção, não só na esfera administrativa (como multas), mas também na penal, são passíveis de responsabilização solidária, notada-

mente quando, supostamente, configuram crimes.

Para que ocorra o ilícito fiscal típico de responsabilização tributária, o terceiro deverá ter vínculo direto e específico com o ilícito e com a pessoa do contribuinte ou do responsável por substituição, cabendo ao auditor fiscal comprovar a participação e o benefício econômico adquirido durante o procedimento fiscal.

Ainda segundo a RFB, restando comprovado o interesse comum em determinado fato jurídico-tributário, incluído o ilícito, a não oposição ao Fisco da personali-

dade jurídica existente apenas formalmente (no caso, por exemplo, de grupo econômico irregular) pode-se dar nas modalidades direta, inversa e expansiva.

Considerando a atípica movimentação arrecadatória da Fazenda Nacional e visando evitar futuras autuações, as Empresas devem entrar em contato com o profissional responsável para auxílio no planejamento tributário e, em caso de autuação, ingressar com a medida judicial cabível visando coibir o ato ilegal e arbitrário da Receita Federal ao impor normas que não são de sua competência, subme-

tendo o Contribuinte a um ciclo de sanções políticas transversais, tais como, negativas de certidões, protesto da CDA, propositura de Execuções Fiscais e, até mesmo, bloqueios e penhoras BacenJud.

Os advogados do escritório Fernando Neves Advogados e Consultores Associados encontram-se à disposição para esclarecimentos.

**Mayra Lago é advogada e sócia do escritório Fernando Neves Advogados e Consultores – fernandoneves.adv.br**

05/04/2019 - 05:00

## Bolsonaro tenta ampliar base no Congresso

Por **Carla Araújo, Fabio Murakawa, Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro**

Um dia depois da tumultuada participação do ministro da Economia, Paulo Guedes, na audiência pública sobre a reforma da previdência na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ), o presidente Jair Bolsonaro acertou a criação de um Conselho Político que será integrado por partidos do campo da centro-direita. É o primeiro passo para a possível constituição de uma base governista que viabilize a aprovação de temas complexos no Congresso.

Acompanhado do ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, Bolsonaro recebeu os presidentes e líderes congressuais de PRB, PSD, PSDB, PP, DEM e MDB. Juntos, eles somam 196 deputados e 43 senadores. O esforço continuará na semana que vem, quando irão ao Palácio do Planalto representantes de Podemos, PSL, PR, Avante, SD e Pros.



*Bolsonaro, ao receber o presidente nacional do MDB, Romero Jucá: segundo o presidente, não se tratou de cargos*

A série de encontros foi agendada nos últimos dias, enquanto Bolsonaro ainda estava em visita oficial a Israel. Guedes não participou das reuniões. Também esteve ausente o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, cuja pasta é responsável também pela articulação do governo com o Congresso Nacional. Ele está em viagem oficial aos Estados Unidos.

Bolsonaro defendeu aos seus interlocutores a necessidade da aprovação da proposta de emenda constitucional, acrescentando que a promulgação da PEC não deve ser vista como uma demanda de seu governo. Para ele, trata-se de uma medida essencial para o país.

Na reuniões, Onyx expôs os planos do governo de se aproximar institucionalmente dos partidos políticos e formar um conselho que debata a governabilidade. Participantes informaram que não ficou claro se será formado um conselho só com presidentes e líderes partidários em reuniões mensais ou dois grupos, um formado por presidentes e outro pelos líderes, com encontros a cada 15 dias. Onyx sinalizou com os dois formatos durante as reuniões.

"Nada foi tratado sobre cargos, nem da parte deles e nem da nossa", disse Bolsonaro em transmissão via Facebook depois da série de audiências, ao lado dos ministros da Justiça, Sergio Moro, e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno. "Eles têm perfeito entendimento que querem colaborar não com o governo, mas com o Brasil", completou.

Ainda nas redes sociais, o presidente contestou relato colhido pelo **Valor**, segundo o qual havia um sentimento de desconfiança por parte das lideranças partidárias antes de eles irem para o Palácio do Planalto. "Manchete do Valor Econômico (no site) hoje: segundo interlocutor, eu estaria gravando as conversas no dia de hoje. Pelo amor de Deus, isso não existe. Jamais darei qualquer [sic] oportunidade para que seja quebrada a confiança entre nós. Eu acredito no Parlamento brasileiro. Eu acredito que o Parlamento brasileiro vai fazer a sua parte não só na reforma da Previdência, mas nas demais questões que estão dentro da Câmara."

A declaração de um presidente de partido ao **Valor** foi de que ele não pediria nada, pois achava que seria gravado para divulgar nas redes sociais "quando meu pessoal se recusar a votar a reforma da previdência e ele alegar que é por causa da velha política", disse. Após as reuniões, no entanto, os parlamentares e dirigentes partidários sinalizaram apoio à realização de uma reforma e reafirmaram os trechos da proposta governista que poderão ser alterados no Parlamento.

Segundo o líder do MDB na Câmara dos Deputados, Baleia Rossi (SP), Bolsonaro disse que não falará mais em "velha política", distinção feita pelo presidente da República que vinha gerando desconforto entre integrantes de diversos partidos e dificultando a interlocução do Executivo com o Congresso. "Foi uma conversa bem descontraída, mas muito focada no que é importante para o país."

Segundo Baleia, seu partido deixou claro que não há intuito de participar da base aliada no Congresso e continuará independente, mas que "tem compromisso com a agenda econômica e social, principalmente aquela capaz de gerar emprego e renda".

O emedebista relatou a Bolsonaro que o partido votará a favor da reforma, mas defende ajustes, como a exclusão das mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria do trabalhador rural. O presidente da legenda, Romero Jucá, acrescentou que a questão da capitalização não está clara e precisa ser discutida com mais profundidade. "Existe política, a boa política e ela tem que ser feita no diálogo", disse. "É preciso conseguir uma nova modelagem na política, pois a velha modelagem foi vencida na urna".

O prefeito de Salvador e presidente nacional do DEM, Antonio Carlos Magalhães Neto, sublinhou que é preciso "aprovar o quanto antes" a reforma da previdência e, se houver apoio majoritário do DEM, é possível que haja fechamento de questão. O partido comanda as duas Casas do Congresso e está presente no primeiro escalão do governo.

O presidente nacional do PSDB, o ex-governador Geraldo Alckmin, afirmou que o partido "tem compromisso com a reforma" da Previdência, mas que não aprovará "nenhum benefício menor do que um salário mínimo". Afirmou que o importante no projeto governista é a idade mínima e o tempo de transição. "Coloquei claramente que a posição do PSDB sempre foi da necessidade de se fazer a reforma da Previdência", disse o tucano, acrescentando que a reforma deve ser centrada em justiça social, combatendo privilégios e protegendo os que mais precisam, e olhar também o aspecto fiscal.

Presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab afirmou que o partido não fechará questão pela reforma da Previdência, mas ressaltou que haverá boa vontade dos parlamentares, pois as pautas são "integradas e compatíveis" com a agenda da legenda. Para Kassab, o envolvimento pessoal do presidente nas conversas com parlamentares é uma sinalização importante.



**NOVA CPMF** Proposta em estudo pelo governo prevê fim da contribuição em folha e retenção direta em pagamentos

# Reforma tributária prevê criação de imposto eletrônico

Valter Campanato / Ag. Brasil / 24.8.2018



Appy disse que não há viés ideológico na proposta

## DA REDAÇÃO E AGÊNCIAS

Criar uma contribuição previdenciária eletrônica sobre pagamentos em lugar, acabando com a tributação sobre a folha salarial, ou seja, os 20% cobrados de patrões e empregados. Esta seria uma das medidas em estudo pela equipe econômica que já estaria elaborando a reforma tributária, segundo informações divulgadas pelo Portal G1.

O objetivo é estimular o emprego em um momento no qual a taxa de desemprego cresceu para 12,4%, atingindo 13,1 milhões de pessoas no trimestre encerrado em fevereiro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A nova forma de tributação também incidiria sobre as transações eletrônicas, como a antiga contribuição

provisória sobre movimentação financeira (CPMF), inovando mesmo por ser ainda mais ampla, incidindo sobre até em caso de troca de mercadorias.

"A tributação se daria na entrada e na saída do dinheiro da conta, incidindo, portanto, sobre todos débitos e créditos. Incidiria ainda sobre trocas de produtos (uma troca de veículos, por exemplo, só poderia ser oficializada com o recolhimento do tributo), quitação de dívidas e operações de câmbio, por exemplo. Abrangeria, dessa forma, qualquer fluxo de pagamentos", informou o G1.

O projeto está sendo coordenado pelo secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, mas ontem, de acordo com informações divulgadas pela Agência Estadão Conteúdo, foi Bernard Appy, diretor do Centro de

Cidadania Fiscal e ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda, quem saiu em defesa da proposta, durante entrevista à Rádio Eldorado, em São Paulo. Ele já estaria preocupado com o trâmite no Congresso.

## "Proposta técnica"

O ideal, segundo ele, é que a proposta seja analisada pelas comissões de Constituição e Justiça e também a Especial, mas que aguarde para ir a plenário após a aprovação da reforma da Previdência. Ele ressaltou ainda que "o projeto é técnico e não tem qualquer viés ideológico", o que poderia contribuir para uma tramitação mais tranquila.

"Há um espaço interessante de debate, e a ideia de reforma foi bem recebida por vários partidos na campanha eleitoral", disse.

## AMPLA INCIDÊNCIA

**Tributação se daria na entrada e na saída do dinheiro da conta-corrente e ainda sobre trocas de produtos, quitação de dívidas e operações de câmbio, por exemplo**

**20%**

**é o percentual hoje recolhido na folha salarial das empresas e trabalhadores para fins de contribuição previdenciária, modelo que seria substituído**



# Tribuna

## REFORMA TRIBUTÁRIA:

### Proposta do governo prevê imposto eletrônico sobre pagamentos

Enquanto a reforma da Previdência Social inicia seu caminho no Legislativo, a equipe econômica do governo começa se preparar para o próximo desafio no Congresso Nacional: a mudança no sistema tributário, avaliado como complexo e considerado por especialistas um entrave aos investimentos e ao crescimento da economia. É o que mostra reportagem de Alexandro Martello, G1 — Brasília.

De acordo com a proposta em gestação no governo, a primeira mudança seria acabar com a tributação sobre a folha salarial, ou seja, os 20% cobrados de patrões e empregados por meio da contribuição previdenciária.

No lugar, a intenção é criar uma contribuição eletrônica sobre pagamentos. O objetivo é estimular o emprego em um momento no qual a taxa de desemprego cresceu para 12,4%, atingindo 13,1 milhões de pessoas no trimestre encerrado em fevereiro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mas o projeto, coordenado pelo secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, enfrentará concorrência na Câmara. Segundo informou o blog da Andréia Sadi, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pretende dar prioridade a outra proposta de reforma tributária, costurada pelo economista Bernardo Appy em conjunto com o texto do ex-deputado

Luiz Carlos Hauly (PSDB-SP), relator da reforma tributária na legislatura passada.

## MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS

Segundo interlocutores da área econômica, o tributo sobre pagamentos em estudo no governo incidiria também sobre movimentações financeiras — como acontecia com a Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira (CPMF) — mas teria uma base ainda mais ampla.

Pela proposta, a tributação se daria na entrada e na saída do dinheiro da conta, incidindo, portanto, sobre todos débitos e créditos. Incidiria ainda sobre trocas de produtos (uma troca de veículos, por exemplo, só poderia ser oficializada com o recolhimento do tributo), quitação de dívidas e operações de câmbio, por exemplo. Abrangeria, dessa forma, qualquer fluxo de pagamentos.

“A reforma tributária no Brasil deve seguir nessa direção, começando pela substituição de tributos que pesam sobre a folha de salários. O país onera fortemente o fator trabalho, e a troca dos 20% de contribuição previdenciária por uma contribuição eletrônica de 0,6% sobre os pagamentos é uma forma de dar início à adequação da estrutura tributária nacional à economia digital e promover a necessária desoneração do custo trabalhista”, escreveu o secretário da Receita em seu blog.

A área técnica da equipe econômica admite que esse seria um tributo em “cascata”, ou seja, que incidiria todas as cadeias da produção. Esse tipo de tributo sofre rejeição por parte do setor produtivo. Entretanto, a avaliação, com base em simulações, é de que a carga tributária cairia para 170 setores da economia, pelo fato de a alíquota ser baixa (de 0,6%, 0,7%).

**ALIMENTOS** Preço médio dos produtos essenciais teve alta de 5,35% para soteropolitanos em março

## Cesta básica aumenta nas capitais, mas custo em Salvador é o menor

### DA REDAÇÃO

O custo da cesta básica de Salvador ficou 5,35% mais alto em março. Com a alta registrada em março, a cesta básica na capital baiana passou a custar R\$ 382,35, mas permaneceu sendo a mais barata dentre as capitais pesquisadas. No ano, a alta acumulada é de 11,21% e nos últimos 12 meses é de 18,42%.

De acordo com apuração feita mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 18 cidades, houve alta de preços no mês em todas as capitais pesquisadas. As altas mais expressivas ocorreram em Brasília (11,09%), Florianópolis (7,28%), São Luís (7,26%) e Curitiba (7,20%). Considerando o valor total da compra, a capital com a cesta mais cara foi São Paulo (R\$ 509,11), seguida pelo Rio de Janeiro (R\$ 496,33) e Porto Alegre (R\$ 479,53).

Em Salvador, o aumento médio dos preços em 5,35% foi, segundo o Dieese, consequência da alta nos valores comercializados em oito dos 12 produtos pesquisados. O produto que registrou maior alta de preços no mês foi o tomate (38,22%), seguido pelo feijão-cariquinha (12,76%), que continuou em



O tomate foi o produto que teve maior alta de preços no mês em Salvador: 38,22%

### 382,35

reais foi o custo médio, no mês passado, dos produtos que compõem a cesta básica em Salvador. São Paulo teve o custo médio mais alto do País: R\$ 509,11

trajetória de alta.

Os demais produtos que apresentaram alta de preço, mas em menor intensidade, na capital baiana, foram o óleo de soja (1,70%), a farinha de mandioca (1,09%), o café (1,08%), o arroz (0,91%), o açúcar (0,48%) e o pão francês (0,11%). As reduções nos preços médios foram re-

gistradas na manteiga (-3,69%), na banana (-2,57%), no leite (-1,60%) e na carne bovina (-0,73%).

O trabalhador soteropolitano remunerado pelo salário mínimo comprometeu 84 horas e 17 minutos de sua jornada mensal para adquirir os gêneros essenciais em março. Em fevereiro, a jo-

nada foi de 80 horas. Em março de 2018, o tempo comprometido havia sido menor, de 74 horas e 28 minutos.

Quando se compara o custo da cesta de Salvador e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto referente à Previdência Social, a relação era de 41,64% em março de 2019, menor que os 39,53% de fevereiro e que os 36,79% de março de 2018.

### Remuneração

Com base na cesta mais cara que, em março, foi a de São Paulo e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima mensalmente o valor do salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas.

Em março de 2019, o salário mínimo necessário deveria, segundo o órgão, equivaler a R\$ 4.277,04, ou 4,29 vezes o mínimo de R\$ 998. Em fevereiro de 2019, o piso mínimo necessário correspondeu a R\$ 4.052,65, ou 4,06 vezes o mínimo vigente.



## FOLHA DE S.PAULO

# Indústria, comércio e agronegócio intensificam lobby pela Previdência

Entidades dos setores e grupo de empresários buscam apoio à reforma nos estados e também em mobilizações em Brasília

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Julio Wiziack

**BRASÍLIA** Diante da inércia do governo, sem articulação política no Congresso, entidades da indústria, comércio, agricultura e até um grupo de empresários passaram a fazer lobby pela aprovação da reforma da Previdência.

A estratégia é usar a capilaridade das entidades, que têm braços em praticamente todos os estados, para, via federações da indústria, pressionar deputados e senadores de cada bancada.

Depois de um consenso com suas 700 mil filiadas, a CNC (Confederação Nacional da Indústria) decidiu partir para o "corpo a corpo" com os parlamentares.

No fim de dezembro, Amaro Sales de Araújo, que preside a Fiem, braço da CNC no Rio Grande do Norte, marcou um café da manhã na sede da entidade, em Natal. Praticamente todos os deputados e senadores compareceram. Até a governadora, Fátima Bezerra, participou.

Na sede da CNC, em Brasília, os executivos da entidade

pectos específicos da proposta, como a previdência rural, a dos militares, o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o regime de capitalização.

Os representantes da CNC só entrarão nesses detalhes se houver racha no Congresso a ponto de barrar a votação.

A missão dada pela entidade é, usando argumentos técnicos, conseguir um "caminho do meio" garantindo a aprovação da reforma.

"As regras de concessão dos benefícios não são compatíveis com a mudança populacional, que se intensificará nos próximos anos", disse a CNC em nota.

"As normas atuais levarão o país, fatalmente, para o colapso financeiro, já que o rombo aumenta ano após ano. A conta não fecha", afirmou a entidade.

Para a CNC, sem isso, não haverá condições de retomada da economia, interesse de todos os industriários envolvidos nessa campanha.

Levantamento da área técnica da confederação mostrou que, caso a reforma enviada pelo ex-presidente Michel Temer (MDB) ao Congresso já estivesse em vigor, o país estaria economizando



Aprovar a reforma é uma agenda que está acima da política partidária e das paixões

José Roberto Tadros presidente da CNC (Confederação Nacional do Comércio)

também e acabam falando diretamente com deputados, senadores [em eventos privados]", disse.

"Aprovar a reforma é uma agenda que está acima da política partidária e das paixões."

A CNC também vai contar com seus lobistas no Congresso, seguindo a mesma estratégia da CNC.

Na Agricultura, a CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) trabalha em sintonia com a FPA (Frente Parlamentar Agropecuária), bancada que tem 225 deputados federais.

Nesta semana, 15 presidentes de federações ligadas à CNA entregaram no Congresso um documento de apoio à reforma.

O grupo quer mudanças no texto, mas a orientação é pela aprovação da reforma.

Nos estados, as federações também trabalham para convencer outros deputados.

Até mesmo empresários decidiram fazer lobby diretamente no Congresso.

Nas próximas semanas, o Instituto Brasil 200 abrirá um escritório de representação em Brasília e contratará cerca de 12 lobistas para atuar em defesa da reforma.

de também ofereceram, no fim de fevereiro, um café da manhã para os parlamentares novatos.

A entidade já atua no Congresso na defesa da agenda da indústria, mas, desta vez, decidiu reforçar o trabalho aproveitando sua rede de 27 federações, 65 associações setoriais e 1.250 sindicatos.

A expectativa é que a proposta do governo seja aprovada com ajustes até, no máximo, o início do segundo semestre.

Pessoas que participam dessa articulação afirmam que a CNC não fará o lobby por as-

R\$ 8,5 bilhões por ano.

Na CNC (Confederação Nacional do Comércio) não é diferente. Segundo o presidente da entidade, José Roberto Tadros, a entidade tem representantes por todo o país e também está usando sua capilaridade para convencer os parlamentares em seus próprios estados.

Diversos governadores também estão sendo acionados pela entidade para reforçar esse plano.

"Estamos marcando eventos, cafés da manhã, nos estados. Mas muitos dirigentes têm suas relações pessoais

Segundo o coordenador do instituto, Gabriel Kanner, fazem parte do movimento empresários como Flávio Rocha (Riachuelo), João Apolinário (Polishop), Luciano Hang (Havan), Sebastião Bonfim (Centauro), Washington Cinel (Gocil), Edgar Corona (Smart Fit) — todos apoiaram Bolsonaro na campanha eleitoral.

Kanner disse à Folha que também pretende usar os 25 núcleos estaduais da instituição para tentar convencer principalmente os parlamentares do chamado "centrão", hoje controlado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP).



# Guedes perde tempo ao tratar do regime de capitalização na reforma, dizem economistas

Clayton Castelani

**SÃO PAULO** A capitalização proposta pelo governo Jair Bolsonaro (PSL) recebeu críticas de especialistas em Previdência reunidos nesta quinta-feira (4) em São Paulo, durante evento na FGV Direito SP.

As críticas foram dirigidas ao tempo dedicado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para a defesa da modalidade de contribuição — na qual cada trabalhador é responsável por fazer sua própria poupança para bancar a aposentadoria — na quarta-feira (3), na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça).

A avaliação dos especialistas é que o governo discute uma proposta que não está fundamentada e que traria um custo de transição que o país teria dificuldade em pagar.

Nesse contexto, a retomada de uma reforma menos ambiciosa, como a apresentada pelo governo Michel Temer (MDB), foi apontada como uma alternativa possível.

Ela enfrentaria a criação de idade mínima e reduziria vantagens dos servidores.

"Por que trazer a capitalização? Todo o mundo sabe que não é factível. É só para ser diferente do Temer?", disse Marcos Lisboa, presidente do Insper e colunista da Folha. "Vamos

mos fazer o que dá pra fazer."

Para Nelson Machado, ex-ministro do Planejamento da gestão Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o governo não pode propor uma capitalização sem definir as regras, pois a transição simples para esse regime colocaria em risco a aposentadoria da maioria dos trabalhadores por causa do elevado índice de informalidade do trabalho no país.

Segundo Machado, a discussão da reforma deve manter foco em como sustentar o atual regime de repartição. "Um regime de capitalização sem regras é um risco para todos os trabalhadores", disse.

A vinculação do BPC (benefício para idoso pobre) ao salário mínimo é outro ponto que deveria ser priorizado pela reforma, de acordo com economista Bernard Appy.

Para ele, a igualdade entre benefícios previdenciários e assistenciais desestimula as contribuições para a Previdência. "Você coloca o benefício de R\$ 1.000, mas não vincula a correção ao salário mínimo", disse Appy.

O diretor de programa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Felipe Portela, disse que o projeto atual, de Bolsonaro, "é muito melhor que o anterior".

Portela fez parte da equipe

**BOLSONARO DIZ QUE VAI ANUNCIAR 13º PARA BOLSA FAMÍLIA NA SEMANA QUE VEM**

Em transmissão no Facebook nesta quinta (4), Jair Bolsonaro afirmou que irá anunciar na próxima semana o 13º salário para as famílias que recebem o benefício; segundo ele, o dinheiro virá do combate a fraude; em janeiro, o ministro Osmar Terra (Cidadania) calculou em R\$ 2,5 bilhões o custo do pagamento, que foi promessa de campanha

que trabalhou na proposta da reforma de Temer, que, segundo ele, foi demonizada pela sociedade e, por isso, não teve condição de ser aprovada.

## Congresso pode discutir transição longa, diz secretário

**SÃO PAULO** O secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, afirmou nesta quinta-feira (4) que o governo Jair Bolsonaro (PSL) poderá discutir na comissão especial a viabilidade de uma reforma menos rígida.

A declaração foi dada em evento na FGV Direito SP.

Ele foi questionado se o governo aceitaria tratar de uma reforma menos ambiciosa, com transição mais longa para a idade mínima e mesmo a exclusão de mudanças no BPC (benefício para idoso pobre).

"O que o governo apresentou ao Congresso é o que nós achamos que é adequado, viável e tem justiça social", disse.

"É evidente que o Congresso tem capacidade de melhorar o texto e, quando o projeto chegar à etapa de discussão de mérito, nós estamos dispostos a fazer o debate", disse.

Agora

## Veja como a proposta de reforma afeta o servidor

**1** Procure a idade e o tempo de contribuição que você já terá completado em 1º jan. 2020

**2** No cruzamento, está a idade a partir da qual você pode se aposentar pela regra de transição, se a proposta de reforma for aprovada sem alterações

- Já cumpriu requisitos de idade e tempo de contribuição
- Já cumpriu requisito de idade para aposentadoria proporcional
- Completa a transição pela regra dos pontos
- Completa a transição pela regra de idade
- Não cumpre os requisitos da transição a tempo







## FOLHA DE S.PAULO

# Trava dificulta idade de servidor anunciada na TV por Bolsonaro

## Soma de pontos torna difícil aposentadoria para os atuais funcionários públicos em geral e para professores

**SÃO PAULO** Uma trava na regra de transição para servidores torna inócua a promessa feita pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) de elevar as idades para 62 (homens) e 57 anos (mulheres) e deixar que futuros governos reavaliem o caso.

Simulações feitas pela Folha mostram que, entre mil diferentes combinações de idade e tempo de contribuição, em 1% dos casos homens se aposentam aos 61 anos.

No caso das mulheres, em 0,4% dos casos é possível cumprir as regras aos 56 anos.

Chegar lá aos 62 anos, idade-limite estabelecida por Bolsonaro, é possível em 15% dos casos, para homens. Em 8,5% dos casos mulheres cumprirão os requisitos aos 57 anos.

Foram simulados casos de servidores que se aposentariam nos próximos 13 anos.

A intenção do presidente foi anunciada em entrevista em janeiro, um mês antes da entrega da proposta de reforma previdenciária do governo (PEC 6) ao Congresso.

Ao SBT Bolsonaro disse defender idades mínimas de 57 anos para mulheres e de 62 anos para homens até o fim de 2022. "O futuro presidente, entre 2023 e 2028, reavaliaria a situação para passar para 63 ou 64 [anos]."

A PEC 6 menciona essas idades, mas inclui um aperto específico para servidores: precisam cumprir cumulativamente a regra de pontos

(soma da idade e contribuição). Essa obrigatoriedade de atingir os pontos (que sobem todo ano) que faz com que apenas a minoria dos atuais servidores se aposente nas idades anunciadas por Bolsonaro.

Também é preciso ter 35 anos (homens) ou 30 anos de contribuição (mulheres), 20 anos de serviço público e 5 anos no cargo.

As regras são diferentes para professores do ensino básico, policiais, agentes penitenciários ou socioeducativos, deficientes e atividades em condições prejudiciais à saúde.

Simulações feitas para professores da rede pública mostram que, também no caso deles, a regra eleva de cara a idade mínima para aposentadoria para pelo menos 59 anos (homens) e 52 anos de idade (mulheres). Hoje, eles precisam chegar aos 55 anos e 30 de contribuição (homens) ou 50 anos e 25 de contribuição.

Outra mudança afeta servidores que ingressaram antes de 2004, principalmente os de maiores salários. Hoje eles têm direito a aposentadoria igual ao salário do último cargo (que pode ser o dobro da média de salários).

Pela PEC 6, esse direito só poderá ser exercido aos 65 anos (homens) ou 62 anos de idade (mulheres). Quem quiser se aposentar antes, pela regra de transição, terá benefício menor: 60% da média de salários (20 anos de

contribuição) mais 2% por ano adicional, até 100% (40 anos).

Embora aperte as condições para servidores em geral e professores, a PEC 6 beneficia policiais civis, policiais federais, agentes penitenciários e agentes socioeducativos: eles terão direito a aposentadorias mais altas, a partir dos 55 anos de idade.

### Veja como reforma afeta seu caso e tire suas dúvidas

A Folha lançou um serviço para tirar dúvidas de leitores sobre a reforma da Previdência. As questões são respondidas pelos advogados especialistas em direito previdenciário Adriane Bramante, presidente do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), e Fábio Zambitte, professor de direito do Ibmecc e da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

No site, já é possível pesquisar respostas dadas, por tipo de regime (trabalhadores do setor privado e público), por tema e por palavra-chave.

A página também dá acesso a calculadoras nas quais é possível ver a partir de que idade você pode se aposentar se a PEC for aprovada sem alterações.

**TIRE SUAS DÚVIDAS**  
[folha.com/190941/](http://folha.com/190941/)



# Tribuna

## Casa Civil exonera assessor e chefe de gabinete do MEC

O Ministério da Educação (MEC) teve mais duas demissões ontem (04). A Casa Civil divulgou a exoneração do assessor especial do ministro, Bruno Meirelles Garschagen, há dois meses como responsável por intermediar o contato com a imprensa, e da chefe de gabinete Josie Priscila Pereira de Jesus, que havia assumido o cargo em março no lugar do Tiago Tondinelli. As demissões no ministério que estão sob o comando de Ricardo Vélez Rodríguez foram assinadas por Onyx Lorenzoni, chefe da Casa Civil. *Do G1.*

## Guedes quer aproveitar holofotes para se aproximar de parlamentares

POR MARCELA AYRES  
REUTERS

O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer aproveitar os holofotes conseguidos com a turbulenta audiência na Câmara dos Deputados para receber novos grupos de deputados com o objetivo de aumentar o apoio à reforma da Previdência, em detrimento dos encontros com empresários e agentes do mercado financeiro, disse uma fonte que integra a equipe econômica. Os embates de Guedes na

quarta-feira escancararam a ainda frágil base favorável à reforma, mas tiveram como saldo positivo atrair mais parlamentares para o entorno do ministro, avaliou a fonte, em condição de anonimato. "Ele objetivamente assumiu o protagonismo desse debate", disse a fonte. "É dar preferência na agenda ao atendimento dos parlamentares porque eles votam. Não adianta agora ele participar de reuniões de empresários porque eles estão de acordo. Esse pessoal já está conquistado e já é aderente à reforma. Mas não vota."

Após audiência de mais de seis horas - encerrada antes do previsto depois de o deputado Zeca Dirceu (PT-

PR) afirmar que Guedes seria "tigrão" para cortar direitos dos trabalhadores, mas "tchutluca" para mexer em privilégios de banqueiros - o ministro voltou ao seu gabinete cansado, segundo a fonte. Mas Guedes logo começou a receber avaliações positivas sobre sua participação, inclusive de parlamentares da velha guarda, retorno que o deixou "confortável" com as posições assumidas, acrescentou a fonte.

Agora, o sentimento é que o ministro deve aproveitar esse momento de projeção para seguir capitaneando, com intensidade, o debate pela aprovação da reforma da Previdência. A lei-

tura é que, com os encontros no Ministério da Economia, os parlamentares têm tempo de falar, serem ouvidos e também serem vistos como peças fundamentais no processo - exposição vista como crucial em tempos de interação com as bases via redes sociais. Para a fonte, houve comportamento "de torcida" em relação à audiência, com Guedes marcando gol junto a parlamentares ao ser mais incisivo com a oposição, que dominou os questionamentos, diante da falta de articulação dos deputados favoráveis à reforma para marcar presença na CCJ e expressar apoio mais contundente.

Durante sua participa-



**PAULO GUEDES** quer aproveitar os holofotes da turbulenta audiência na Câmara para receber novos deputados favoráveis à reforma da Previdência

ção, o ministro criticou o que viu como cobrança prematura em relação a medidas para taxar dividendos e combater renúncias tributárias, argumentando que a oposição, com quatro mandatos presidenciais, não enfrentou esses temas. "Por que que não botaram imposto sobre dividendos? Por que deram benefícios para bilionários? Por que que deram dinheiro para JBS, por que que deram dinheiro para o BNDES, por quê? Vocês estiveram no governo, nós estamos há três meses, vocês tiveram 18 anos, 18 anos no poder e não tiveram coragem de

mudar". Os momentos de maior exaltação reverberaram nas redes sociais, com a hashtag "SomosTodosPauloGuedes" adentrando esta tarde como o segundo tópico mais comentado no Twitter, seguida, em quarto lugar, pela "TchutlucaDosBanqueiros". Analistas políticos ponderam, no entanto, que, o ministro não conseguirá sozinho garantir apoio suficiente à reforma da Previdência e que a efetiva formação e mobilização de uma base aliada é que elevará as chances de aprovação da proposta.

# Tribuna

## Dirigentes do PSDB e PSD vão ao Planalto e declaram apoio à reforma

ANDREIA VERDÉLIO  
AGÊNCIA BRASIL

O PSD e o PSDB apoiam uma reforma da Previdência para o país, mas devem manter a independência em relação ao governo federal. Os presidentes dos dois partidos estiveram ontem (4) no Palácio do Planalto para uma primeira rodada de diálogos do presidente Jair Bolsonaro em busca de apoio à aprovação da reforma enviada ao Congresso em fevereiro. De acordo com o presidente do PSDB, Geraldo Alckmin, para o partido, a reforma precisa ser justa com todos os trabalha-

dores, combater privilégios e acabar com o déficit fiscal.

"O PSDB tem uma postura de independência em relação ao governo, não há nenhum tipo de troca, não aceitamos cargos no governo e votamos com aquilo que entendemos que é importante para o Brasil. Essa é a primeira das reformas estruturantes que o Brasil precisa, mas dentro desse foco de justiça social e fiscal", disse Alckmin, reiterando que o partido não participará da base aliada de Bolsonaro. Alckmin afirmou que, apesar de apoiar a reforma, o PSDB é contra mudanças no Benefício de Prestação Continuada

(BPC) pago a idosos e na aposentadoria rural. "Se há diferença de idade na área urbana, por que não na área rural?", questionou.

Assim com Alckmin, o presidente do PSD, Gilberto Kassab, avaliou como positiva a postura do presidente de dialogar com os partidos. Ao deixar o Palácio do Planalto, Kassab afirmou o compromisso do seu partido com a reforma no sistema de aposentadorias, mas disse que a tradição do PSD é de manter independência em relação ao governo. "Em relação às bancadas, o partido não fechará questão [não orientará a votação de seus membros],



**GERALDO ALCKMIN** diz que, para o PSDB, a reforma precisa ser justa com todos os trabalhadores, combater privilégios e acabar com o déficit fiscal.

mas haverá um esforço intenso no sentido de mostrar aos parlamentares a importância das reformas para o Brasil. Independência significa total condição de apoiar os projetos que estão sintonizados com o nosso pro-

grama e o que pensam os parlamentares", disse, ressaltando que não houve oferta de cargos em troca de apoio.

Ao deixar a reunião, o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), disse que

a bancada do partido é contra as alterações no BPC e na aposentadoria rural, além da instituição do sistema de capitalização sem contribuição patronal e sem piso salarial para o trabalhador. Além de Alckmin e Kassab, Bolsonaro conversou com os presidentes do PRB, deputado Marcos Pereira (ES), e do PP, senador Ciro Nogueira (PI). Em seguida, ele almoçou com o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, do DEM. Nesse almoço, também está prevista a presença do presidente do DEM, ACM Neto, que é prefeito de Salvador. Ao chegar, Caiado disse que defende que o DEM faça parte da base aliada do governo.



05/04/2019 - 05:00

## Proposta dobra economia de Estados e municípios

Por **Marta Watanabe**

A reforma previdenciária proposta pelo governo federal deve ter um impacto positivo de cerca de R\$ 500 bilhões em dez anos para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos Estados e municípios, a preços de 2019. O valor representa mais que o dobro da economia estimada de R\$ 203 bilhões para o RPPS da União, também para dez anos.

Os R\$ 500 bilhões resultam da soma da projeção de impacto nos Estados feita pelo governo federal e do efeito sobre municípios divulgado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

Pelos cálculos da equipe econômica do governo federal, a reforma previdenciária deve gerar impacto positivo de R\$ 353 bilhões nos Estados em dez anos, sendo R\$ 301 bilhões para o regime próprio dos servidores civis e R\$ 52 bilhões para os militares, representados nos Estados pelos policiais militares e bombeiros.

Segundo Allex Rodrigues, subsecretário de regimes próprios de previdência social do Ministério da Economia, os cálculos do governo levaram em conta os impactos atuariais com as novas condições de elegibilidade para aposentadoria propostas na reforma.

Para os servidores civis, a economia projetada em dez anos nesse critério é de R\$ 268,3 bilhões. Já o efeito financeiro na mudança das alíquotas da contribuição previdenciária paga por aposentados e pensionistas será de R\$ 32,7 bilhões também em uma década. Os dois valores, diz Rodrigues, são conservadores. O impacto positivo para os Estados, diz ele, pode ser ainda maior. Juntamente com os R\$ 52 bilhões em impacto estimado para os militares, o impacto total das mudanças no RPPS dos Estados é de R\$ 353 bilhões.

Os economistas José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e Kleber Pacheco de Castro, consultor da Finance, têm cálculos que convergem com o da União. Numa conta que considerou as projeções atuariais dos RPPS divulgadas pelos Estados em relatórios fiscais, os dois economistas projetam impacto de R\$ 350 bilhões da reforma previdenciária para os governos estaduais. O cálculo, diz Castro, contempla tanto os efeitos sobre aposentadoria dos servidores civis como dos militares.

O cálculo para os municípios partiu de um levantamento da Secretaria da Previdência solicitado pela FNP, com o impacto da reforma nos 34 maiores regimes próprios municipais. Para esse universo, a secretaria calculou que a economia seria de R\$ 13,95 bilhões em quatro anos e de R\$ 72,5 bilhões em dez anos.

A partir desses dados e utilizando informações do anuário estatístico da Previdência Social de 2017, verificou-se o peso dos 34 municípios na despesa agregada dos regimes próprios municipais. A partir dessa proporção os dados foram expandidos para o universo dos 2.096 municípios que possuem regime próprio. A economia projetada calculada para esse agregado foi de R\$ 28,8 bilhões em quatro anos e de R\$ 149,8 bilhões em dez anos. Os cálculos também foram feitos pelos economistas Afonso e Castro.

A economia dos municípios, salienta Castro, representa 75% do impacto projetado para o RPPS da União em dez anos. A princípio, diz ele, poderia se imaginar um impacto maior, já que o número agregado de servidores ativos nos municípios com regime próprio é de 2,59 milhões, com 710,5 mil aposentados e 176,8 mil pensionistas. No RPPS da União, o número



*O economista Kleber Castro destaca que, entre os governos regionais, impacto maior da reforma é nos Estados*



de servidores e beneficiários é bem menor, sendo 690 mil ativos, 436 mil aposentados e 300 mil pensionistas.

Nos municípios, explica Castro, o nível médio salarial é significativamente inferior, especialmente nos de menor porte, o que contribui para que o impacto nesses governos locais seja menor do que na União. O perfil do funcionalismo também é diferente, diz ele, com servidores mais jovens e mais longe da idade da aposentadoria nos municípios do que no governo central.

Já nos Estados, explica Castro, são 2,45 milhões de servidores ativos no RPPS, sendo 1,67 milhão de aposentados e 503,9 mil pensionistas. Nos caso dos governos estaduais, trata-se de um contingente grande de ativos, com salários médios mais altos e maior número de aposentados, principalmente nos Estados mais antigos, que tendem a ter servidores mais velhos, em idade mais próxima da aposentadoria. Esse conjunto de fatores resulta num impacto maior das mudanças na previdência no agregado dos Estados, explica o economista.

O prefeito Jonas Donizette, presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), diz que a entidade apoia integralmente a reforma previdenciária. As mudanças podem não agradar a todos, diz ele, mas elas devem vir para garantir os direitos dos próprios aposentados. "Se nada for feito, está em risco o futuro pagamento das aposentadorias."

Em muitas prefeituras, conta Donizette, a previdência está entre os maiores desembolsos. Ele exemplifica com Campinas, município do qual é prefeito. "Eu aplico anualmente mais de R\$ 1 bilhão na saúde, mais de R\$ 1 bilhão em educação. E cerca de R\$ 500 milhões vão para cobrir o déficit da previdência", diz. Ou seja a arrecadação dos tributos municipais é revertida em grande parte para o pagamento dos servidores aposentados. "Isso não é correto com a grande maioria dos contribuintes." Ele destaca que a aprovação da reforma certamente não trará efeitos imediatos tão fortes, mas será importante para a sustentação das contas das prefeituras no médio e longo prazo.

O economista José Roberto Afonso lembra que os cálculos foram feitos com base na proposta apresentada pelo governo, que pode passar por muitas modificações. De qualquer forma os números mostram que a questão da previdência dos servidores é crucial e inevitável para o ajuste fiscal dos governos regionais, principalmente dos Estados.

"Sem inflação e ainda mais sem crescimento, sem reforma tributária, eu acho impossível os Estados, sempre em regra geral, atenderem limites da LRF [Lei de Responsabilidade Fiscal]. E acima de tudo, conseguir manter contas em ordem sem majorar contribuições e sem exigir aporte extraordinário", diz Afonso. "Se não for nesta PEC que isso será resolvido, outra PEC será inevitável", avalia, referindo se ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC) nº 6/2019, da reforma previdenciária. A inflação, diz Afonso, fazia o ajuste da folha salarial, depreciava os ganhos dos servidores. Quanto menor a inflação, salienta, menor o raio de manobra da política fiscal, sobretudo porque se perdeu o principal instrumento para reduzir gasto em termos reais, quando se deixava de reajustar salários e contratos e se adiava pagamentos.

Afonso lembra que os aposentados e pensionistas contribuem para que os Estados excedam o limite de gastos com pessoal estabelecidos pela LRF, mas as medidas de ajuste recaem atualmente sobre as despesas com servidores ativos. "Com o novo cenário demográfico, fiscal e federativo, se tornou uma missão impossível concentrar todo o ajuste no contingente de servidores ativos, sob pena de se tornar inviável a prestação de serviços públicos essenciais", dizem Afonso e Castro em artigo sobre o assunto.

# Tribuna

## Bovespa fecha em alta de quase 2%, de olho na reforma da Previdência

O principal indicador da bolsa paulista, a B3, subiu nesta quinta-feira (4), com os agentes financeiros de olho na tramitação da reforma da Previdência, após participação tumultuada do ministro da Economia, Paulo Guedes, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, e em meio a certa calma no ambiente de negócios no exterior.

O Ibovespa subiu 1,93%, a 96.313 pontos. Veja mais cotações. Na mínima do dia, o índice foi a 94.333 pontos e, na máxima, chegou a 96.393 pon-

tos.

Paulo Guedes enfrenta dura sabatina na comissão que analisa a reforma da Previdência

Na quarta-feira, a Bolsa fechou em baixa de 0,94%, a 94.491 pontos.

Na véspera, a participação de Guedes na Câmara terminou de forma abrupta, com a decisão do presidente da CCJ, deputado Felipe Francischini (PSL-PR), de encerrar a audiência depois de um novo conflito entre deputados da oposição e o ministro.

Na avaliação da corretora Socopa, a parti-

cipação de Guedes na CCJ mostrou que o governo

"terá um longo e difícil caminho pela frente para conseguir aprovar a proposta de reforma da Previdência junto ao Congresso".

### CENÁRIO POLÍTICO

O presidente Jair Bolsonaro recebeu nesta quinta, individualmente, presidentes de seis partidos para tentar montar um novo modelo de articulação política e conseguir o apoio das legendas à agenda do



### MERCADO

Investidores voltaram a apostar na economia do país

governo, incluindo a proposta de reforma da Previdência.

Ou seja, um novo modelo de articulação política deve ser discutido com os presidentes de DEM, PSDB, MDB, PRB, PSD e PP, informa o Blog do Valdo Cruz.

No Congresso, líderes partidários têm questiona-

do qual é exatamente a articulação política que Bolsonaro pretende adotar. Chegam a avaliar que, talvez, o presidente da República não queira montar uma base aliada formal, mas, sim, tentar construir maioria no Legislativo a cada votação. Caminho que aliados consideram perigoso e desgastante.

05/04/2019 - 05:00

## Relator da reforma afirma que entregará seu parecer na terça-feira

Por Edna Simão e Ana Krüger

Um dia após audiência tumultuada com o ministro da Economia, Paulo Guedes, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) manteve o cronograma do relator da matéria, delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), entregar seu parecer sobre a constitucionalidade da reforma da Previdência na terça-feira para que seja votado entre os dias 16, 17 e 18. O calendário é do presidente da comissão, o presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), que inicialmente previa que a apreciação seria no dia 17.

A expectativa de Francischini é de que a partir da próxima semana a base aliada esteja mais organizada. Isso porque haverá um contato mais direto com todos os deputados e mapeamento dos favoráveis à reforma, para unificar as forças e criar uma base regimental forte capaz de atuar da melhor forma possível nas comissões.

Ontem, em audiência pública com juristas na CCJ que durou seis horas, o relator afirmou que vai apresentar um parecer calcado nas premissas mais técnicas possíveis. "Parece-me que a reforma nos moldes apresentado é positiva e salutar para o Brasil", disse, acrescentando que não estava antecipando seu parecer.

Por enquanto, conforme Francischini, ainda não se sabe exatamente quem está na base e qual o seu tamanho no Congresso. O debate com o ministro da Economia, contudo, escancarou a falta de articulação. "A base vai ser mais organizada, com certeza o cenário será outro. Esta semana ficou de recado para o governo", afirmou. "O nosso partido elegeu muitos deputados com muita competência, mas que são de primeiro mandato. Então acaba tendo um tempo de adaptação na casa", justificou.

Ontem em audiência pública, os juristas do governo e de fora divergiram quanto a constitucionalidade da proposta. O presidente da Comissão de direito previdenciário da OAB-SP e professor de direito, José Roberto Soderno Victório, assim como o ex-presidente de OAB, Cezar Britto, apontaram pelo menos seis pontos: ausência de estudo atuariais; criação de um regime de capitalização; a desconstitucionalização da Previdência; idade mínima; as regras mais rígidas para antecipação de aposentadorias especiais; e retirada da determinação de que ações judiciais contra o INSS podem ser julgadas em varas estaduais, quando não há existência de vara federal na cidade. Essas preocupações foram as mesmas expostas pelos partidos de oposição.

Na avaliação da professora de Seguridade Social e procuradora regional da República Zélia Luiza Pierdoná, no entanto, a PEC não representa retrocesso social, mas vê duas possíveis inconstitucionalidades em relação a regras propostas para professores e policiais.

Os representantes do governo rebateram. O assessor especial do presidente da República, Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub afirmou que o modelo de capitalização defendido não é o chileno, citando que no Brasil não seria cobrada uma taxa de administração. O secretário especial adjunto de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco, disse que, com a desconstitucionalização das regras, não são retirados direitos. "Não está dando um cheque em branco. Está colocando para cada parlamentar fazer alteração por lei. Sempre passará por parlamento e comissão toda e qualquer alteração previdenciária e que faça ajustes na Previdência", frisou Bianco.